



Director: Carlos Miguel Coelho - Rue Wiertz-ASP8E150 Bruxelles - Janeiro/Febrero 2006

Carta da Europa

Presumível utilização pela CIA de países europeus

Carlos Coelho preside a Comissão Temporária

O Deputado **Carlos Coelho** foi eleito por unanimidade Presidente da Comissão Temporária sobre a presumível utilização pela **CIA** de países europeus para o transporte e detenção ilegais de prisioneiros.



Carlos Coelho tinha já anteriormente presidido à Comissão Temporária que investigou o sistema **"Echelon"**.

desenvolvimento na pág. 2

Europês

Muitos criticam - e, por vezes, com razão - o **excesso de Europês**.

Siglas, conceitos, palavras para sabermos mais da Europa que integramos.

PCP em Europês não é um partido político mas a **Política Comum das Pescas**, e **SIS** em Europês significa **Sistema de Informação Schengen**.

O princípio da subsidiariedade, a coesão económica e social, o primado do direito comunitário,... tantos conceitos que urge *"traduzir"* para que possam ser compreendidos e partilhados pelos portugueses que são também cidadãos europeus.

Muitos criticaram - com razão - a **falta de informação e de esclarecimento**.

Por isso, um conjunto de sociais-democratas e cidadãos independentes promoveram o **primeiro dicionário português de termos europeus**. Entre eles, os 7 Deputados ao Parlamento Europeu eleitos pelo PSD que sentem como sua obrigação contribuir para aproximar a Europa de Portugal.

Esperamos as suas críticas e sugestões em: dicionarioeuropa@carloscoelho.org

Carlos Coelho

PE debate Política Externa e de Segurança

João de Deus Pinheiro defende concertação estratégica

desenvolvimento na pág. 3

Perspectivas Financeiras 2007-2013

Deputados do PSD querem um melhor orçamento da União Europeia

desenvolvimento na pág. 5

Reforma do Sector do Açúcar

Duarte Freitas considera que a reforma levanta sérios problemas

desenvolvimento na pág. 6



Comissão Temporária sobre os voos e as prisões da CIA na Europa

Carlos Coelho lembra primado da Lei no Estado de Direito

“A Europa da Liberdade e dos Valores não pode deixar de afirmar com clareza e transparência a protecção inequívoca dos Direitos dos cidadãos e o Primado da Lei no Estado de Direito”, afirmou o Deputado **Carlos Coelho** por ocasião do voto do Parlamento Europeu que decidiu a criação duma Comissão Temporária sobre os voos e as prisões da CIA na Europa.

Carlos Coelho frisou que “o combate ao terrorismo deve ser feito no **respeito escrupuloso pelos direitos humanos**. Assim, não apenas não traímos o **nosso património civilizacional** como beneficiamos dum amplo apoio internacional e distinguimo-nos, no que nos separa dos terroristas, que é o profundo respeito pelas pessoas e por todos os seus direitos”.

Carlos Coelho afirmou ainda ser “**essencial que se descubra a verdade**, não só porque a dúvida persistente acaba por alimentar as suspeitas e encorajar a especulação, mas também, porque é claro que **em caso algum poderemos permitir** que o território europeu seja utilizado para **práticas de detenção secretas**, pois isso seria uma vergonha e estaria nitidamente em conflito com as regras internacionais de direitos humanos e com as próprias regras e valores europeus”.

Esta Comissão temporária deverá desenvolver o seu trabalho no sentido de recolher e analisar toda a informação que seja relevante para se averiguar a veracidade dos factos relatados pelo “Washington Post” e corroborados pela Human Rights Watch.

Pela sua importância transcrevemos a resolução

do PE relativa ao mandato desta Comissão.

O PE “Decide constituir uma comissão temporária com o seguinte mandato:

a) **Recolher e analisar informações para averiguar se:**

- a **CIA ou outros agentes dos EUA ou serviços de informações de outros países terceiros** praticaram sequestros, “entregas extraordinárias”, detenções em locais secretos, detenções em isolamento, tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes de prisioneiros no território da União Europeia, incluindo os países da adesão e candidatos, ou utilizaram este território para tais fins, por exemplo, através de voos;

- estas acções, presumivelmente praticadas no território da União Europeia no âmbito da luta contra o terrorismo, **poderão ser consideradas uma violação**, nomeadamente, do artigo 6º do Tratado da União Europeia, dos artigos 2º, 3º, 5º e 6º da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, da Carta dos Direitos Fundamentais, da Convenção da ONU para a Prevenção da Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e dos acordos UE-EUA em matéria de extradição e de assistência jurídica mútua, bem como de outros trata-



dos e acordos internacionais celebrados pela União Europeia/Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, incluindo o Tratado do Atlântico Norte e seus acordos conexos relativos ao estatuto das forças e a Convenção sobre Aviação Civil Internacional;

- **cidadãos da UE ou dos países candidatos** ou qualquer outra pessoa com direito a protecção ou sob a jurisdição da UE, dos Estados-Membros ou dos países candidatos, estiveram incluídos entre os envolvidos ou as pessoas sujeitas a sequestro, operações de “entrega extraordinária”, detenção em locais secretos, detenção em isolamento ou tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, no território da

UE ou noutros locais;

- Estados-Membros, entidades oficiais, pessoas no exercício de funções oficiais ou instituições da União Europeia **estiveram envolvidos ou foram cúmplices, por acção ou omissão**, na privação ilegal da liberdade de pessoas, designadamente por sequestro, entrega, transferência, detenção ou tortura;

b) **Apresentar ao plenário as recomendações que a comissão considere necessárias** sobre esta matéria, nomeadamente quanto às conclusões políticas, jurídicas e administrativas que devam ser tiradas a nível europeu, bem como às possíveis consequências para as relações da UE com países terceiros;

PE debate Política Externa e de Segurança

João de Deus Pinheiro defende concertação estratégica

O Deputado **João de Deus Pinheiro** afirmou em Bruxelas, referindo-se à Política Externa e de Segurança Comum, que “a agenda é ampla” e que “importa conjugar esforços mais do que nunca nos últimos anos. **Há oportunidades para demonstrar na prática que a União Europeia é condição ‘sine qua non’ para o bem estar dos cidadãos europeus**”, acrescentou.

Na sua intervenção no debate sobre Política Externa e de Segurança Comum, em nome do principal grupo político do Parlamento, o do Partido Popular Europeu, de que é Vice-Presidente, João de Deus Pinheiro começou por sublinhar que, na prática, os recursos com que é dotada esta política denotam “muito escassa ambição”.

Por isso, sublinhou, “é ainda mais crucial o estabelecimento de **prioridades de acção**. E, nessa matéria, como estipulam os Tratados, o Parlamento Europeu deveria ser consultado ‘a priori’. É uma questão que se torna insustentável”.

Afirmando “*não haver divergências rotundas no que respeita aos capítulos abordados*” pelo Alto Representante da União para a Política Externa e de Segurança Comum, João de Deus Pinheiro teceu algumas considerações relativas a aspectos abordados por Javier Solana.

Para João de Deus Pinheiro, “**os desafios e ameaças transnacionais exigem a defesa das instituições internacionais e do direito internacional e concertação estratégica do ‘soft’ e do ‘hard power’**. Torna-se prioritário desenvolver essas parcerias estratégicas não apenas (mas desde logo) com os nossos parceiros transatlânticos, mas igualmente com os actores mais relevantes da cena internacional como a Rússia e a China e, noutra escala, a Índia, o Japão, o Brasil, a Indonésia, o Paquistão.

Nesta matéria, o terrorismo, o tráfico de droga, a escravatura encapotada e a lavagem de dinheiro sujo

exigem-no”.

João de Deus Pinheiro referiu-se ainda às migrações e, especialmente; à emigração para a UE, salientando que “**o envelhecimento populacional na União torna indispensável que esse fluxo do Sul ou de Leste seja devidamente organizado**”, tendo abordado os acordos com países vizinhos, o desenvolvimento das vizinhanças, o controlo das fronteiras externas, uma política de imigração consequente e políticas pro-activas de acolhimento e integração.

O Deputado abordou ainda algumas questões geográficas concretas, tendo defendido “**maior audácia e ambição nas políticas diversificadas de vizinhança**”, referindo-se ao **Mediterrâneo** como “**área-chave**”, aos problemas do **Médio-Oriente**, onde defendeu “**prudência e firmeza**”, ao **Irão** e aos **Balcãs**.

João de Deus Pinheiro referiu-se também às questões ligadas à segurança energética: “se a longo/médio prazo



a maior ameaça é o envelhecimento populacional, a curto prazo a **insegurança energética** é um cutelo sobre as nossas cabeças. O aumento da procura dos combustíveis fósseis e o escasso aumento da oferta não produzem apenas a escalada dos preços”, sublinhou.

Salientando que “**as fontes de abastecimento coincidem quase sempre com áreas de potencial instabilidade**”, João de Deus Pinheiro defendeu que é “**fundamental que no nosso conceito de segurança e nos nossos interesses vitais sejam contempladas as valências da segurança no abastecimento**”.

Programa da Presidência Austríaca

Comissão deve monitorar a Estratégia de Lisboa

No debate sobre o programa da Presidência austríaca do Conselho, **João de Deus Pinheiro**, referindo-se ao emprego, ao crescimento, à globalização e à Estratégia de Lisboa, afirmou: “**Não me lembro de nenhum projecto europeu**

que tenha vencido, que se tenha desenvolvido e que não tenha sido monitorado pela Comissão.

É tempo de dizer que a **estratégia que tem sido seguida, com base não numa proposta da Comis-**

são mas num intergovernamentalismo, é estéril e não serve.

Há que dar meios e responsabilidades à Comissão para que esta se empenhe mais. A Comissão deverá monitorar e definir um

‘roadmap’. Foi assim que se fez com o mercado interno e com a moeda única.

Continuarmos com a ideia de que a intergovernamentalidade pode fazer medrar a Estratégia de Lisboa é um erro profundo”.

Europa, que futuro?

O Parlamento Europeu procura alcançar, tão rápido quanto possível, um acordo constitucional que reforce a democracia parlamentar, a transparência e o Estado de Direito, consagre os direitos fundamentais, desenvolva a cidadania e aumente a capacidade da União alargada.

Neste sentido, discutiu um Relatório sobre o período de reflexão, a estrutura, os temas e o quadro para uma avaliação do debate sobre a União Europeia

A Deputada **Maria da Assunção Esteves** frisou que “*A questão constitucional não é uma simples questão de arquitectura das instituições.*”

É sobretudo a questão sobre o modo como a Europa conjuga a **eficácia das suas instituições com uma consciência moral sobre o mundo**”.

A Deputada social-democrata colocou, em seguida, o **conjunto de questões essenciais a que é urgente responder**: “*Todos nós, cidadãos europeus, nos corredores do poder e no espaço vital da União, sentimos este desafio: como governar um espaço cosmopolita extenso e aberto? Como realizar um projecto de justiça que está ao mesmo tempo dentro e fora dos limites da Europa?*”

Como construir uma forma de vida que não tem por base a tradição? Como fazer da Europa uma potência democrática fundadora de uma nova Ordem mundial? Como dar o exemplo



para uma União de Povos? Como encontrar uma forma comum de defesa dos direitos humanos no mundo, uma forma comum de influenciar o mundo? Como devolver à política o seu poder programante sobre uma economia globalizada e desregulada? Como ligar justiça e eficiência? Como abrir as portas a novos modelos políticos?”

O Parlamento Europeu dá hoje o sinal de partida para um grande debate. Lideranças políticas e actores sociais, com a mobilização dos media, tomarão a responsabilidade de enfrentar a seguinte pergunta: a Europa quer ou não quer ganhar o futuro?

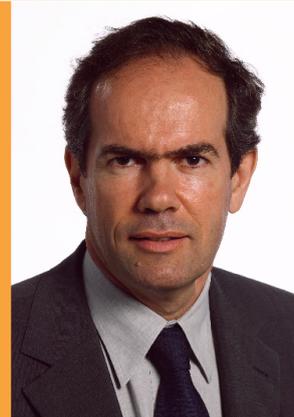
A finalizar, Maria Assunção Esteves concluiu: “**O futuro não nos deixa espaço para o medo. É urgente debater a integração política.**”

*Debater uma forma de vida cosmopolita e mais humana. Debater em que medida a Constituição representa e constrói ela mesma a nossa identidade. Porque **uma identidade europeia não nasce da tradição, ela nasce da moral, da vontade e da razão**”.*



Sérgio Marques quer manutenção de taxas reduzidas de IVA para Madeira e Açores

Sérgio Marques, em pergunta escrita endereçada à Comissão Europeia, interrogou a Comissão sobre uma proposta desta instituição relativa a **alterações ao regime de taxas reduzidas de IVA**, nomeadamente as aplicadas aos Açores e Madeira, consagradas no Acto de Adesão de Portugal e Espanha.



Sérgio Marques mostra-se preocupado pelo facto da proposta da Comissão “*limitar o âmbito de aplicação apenas aos bens e serviços que dão lugar a consumo nos territórios das Regiões Autónomas*” e pela “*nova redacção dada à derrogação associada à sua nova localização no título que abarca as disposições transitórias, que parece ditar a sua supressão aquando da perspectivada entrada em vigor do regime definitivo do IVA*”.

Na resposta, a Comissão Europeia afirma não ter, “*de modo algum, por finalidade ou consequência suprimir as derrogações concedidas aos consumidores nas regiões*

geograficamente distantes” e que “*pretendeu racionalizar as derrogações que permitem a alguns Estados-Membros aplicar taxas inferiores em certos territórios*”.

A Comissão adianta, no entanto, que esta sua proposta está actualmente a ser analisada de forma aprofundada pelo Conselho, que decidirá por unanimidade.

Para Sérgio Marques, “**compete agora ao Governo português salvaguardar, em sede de Conselho de Ministros, a manutenção do actual regime nos termos previstos no Acto de Adesão**”.



Deputados PSD querem um melhor orçamento da UE

1. Os Deputados Europeus do PSD aprovaram, em Estrasburgo, uma Resolução que convida a novas negociações entre o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia sobre as Perspectivas Financeiras (2007-2013) que fixam as linhas gerais orçamentais aplicáveis ao próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Os votos da grande maioria dos Deputados portugueses estiveram com os 81% dos membros do Parlamento Europeu que exigem ao Conselho da UE um melhor orçamento. 14 Deputados portugueses votaram a favor desta Resolução (7 do PSD, 5 do PS e 2 do PCP) enquanto que 7 se abstiveram, (5 do PS e 2 do CDS). Nenhum votou contra.

2. A proposta do Conselho da UE é pobre nos montantes financeiros que avança, quando comparada com as propostas de qualquer um dos outros parceiros institucionais. É inferior em 14.7% à proposta da Comissão Europeia e inferior em 11.8% relativamente à elaborada pelo Parlamento Europeu.

3. A proposta do Conselho da UE não tem ambição nem coerência. O Conselho num dia toma decisões que apresenta à opinião pública como sinais claros de avanço em diversas matérias de interesse para os europeus, para no dia seguinte, ao aprovar o orçamento, o mesmo Conselho furta os meios para que essas acções sigam em frente.



4. A proposta do Conselho da UE não honra compromissos financeiros solenemente assumidos com terceiros.

5. Para o Orçamento do Estado de Portugal e em termos de investimento público, o resultado a que se chegou é globalmente positivo em termos de fluxos financeiros. Mas o problema do nosso país é acima de tudo uma questão de competitividade e é sobretudo nas empresas que esse batalha se irá travar. Para Portugal este é um orçamento que **corta 50% das verbas potencialmente destinadas a mais de 99% das empresas portuguesas.** O Estado soube cuidar de si, mas não se preocupou com os interesses da economia real e do País.

6. A proposta do Conselho da União Europeia relativa às Perspectivas Financeiras não está à altura das exigências da actualidade e das necessidades da União Europeia. Não é possível termos mais Europa com menos dinheiro.

A UE tem hoje novas prioridades. Não se trata

mais apenas da Europa da agricultura, das pescas e do mercado comum.

A União Europeia abraçou novos objectivos em termos da definição e execução da Estratégia de Lisboa (aumento da competitividade e geração de mais e melhor emprego), em termos da construção de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (luta contra o terrorismo e a criminalidade e aumento da segurança dos cidadãos europeus) e em termos de Política Externa e de Segurança Comum (com a realização de diversas operações de manutenção da paz em diversos pontos do globo).

Não faz sentido definir novos objectivos e abraçar novas metas não atribuindo os correspondentes recursos financeiros.

7. Os Deputados do PSD querem assim contribuir para que a melhoria das Perspectivas Financeiras se traduza em maior capacidade de responder ao que os cidadãos portugueses e os restantes cidadãos europeus esperam deste projecto comum.

BREVES

Silva Peneda acusa

Acordo do Conselho Europeu é pobre

O Deputado **José Silva Peneda** declarou que votou contra o acordo do Conselho Europeu sobre Perspectivas Financeiras *“por considerar que é sintomático da crise que a Europa atravessa: é pobre, sem ambição e não suscita entusiasmo”*.

Silva Peneda explicou que o acordo *“é pobre nos montantes financeiros (...) mas também é pobre porque a proposta do Conselho Europeu é mais um somatório das reivindicações apresentadas pelos diferentes Estados Membros do que a expressão de qualquer tipo de vontade política”*.

Silva Peneda denunciou ainda o facto das *“perspectivas financeiras, tal como foram aprovadas pelo Conselho, cortarem quase 50% das verbas que são atribuídas aos projectos que beneficiam as pequenas e médias empresas”*.

Silva Peneda referia-se, em concreto, à categoria *“competitividade, crescimento e emprego”* e, mais precisamente, ao 7º programa-quadro para o desenvolvimento e ao programa para a competitividade e inovação.

Duarte Freitas sobre a Reforma do Sector do Açúcar

A reforma levanta sérios problemas aos agricultores europeus

O Deputado do PSD ao Parlamento Europeu **Duarte Freitas** fez uma intervenção no Plenário sobre o Relatório do Deputado Jean-Claude Fruteau acerca da reforma do sector do açúcar.

Apesar de concordar que a reforma é necessária para tornar este importante sector mais sustentável, de acordo com a última reforma da PAC e coerente face às obrigações internacionais da União Europeia, o Deputado Duarte Freitas considera que **“a reforma, tal como é proposta pela Comissão, levanta sérios problemas aos agricultores europeus, nomeadamente pela redução excessiva do preço do açúcar”**.



Duarte Freitas apoiou assim o Relatório do sr. Fruteau, resultado de uma ampla discussão na Comissão da Agricultura do Parlamento Europeu, que propõe uma redução menos significativa do preço do açúcar em relação à proposta inicial da Comissão Europeia.

Para além disso, Duarte Freitas salientou a importância de duas alterações ao documento da Comissão por ele propostas e que foram aceites e incluídas no Relatório.

A primeira, relativa ao regime de apoio aos agricultores, prevê a **possibilidade dos Estados-Membros continuarem a poder beneficiar de um certo montante de subvenções ligadas à produção**, evitando assim a rápida extinção do sector açucareiro nas regiões europeias mais vulneráveis a esta reforma, como é o caso de Portugal.

A segunda, relativa ao regime de reestruturação que visa **apoiar a reconversão dos produtores**

que renunciem voluntariamente à sua quota, sugere a possibilidade de apoio a quem renuncie apenas a uma parte da sua quota, podendo-se assim ajudar algumas indústrias, como a portuguesa, reorientando a sua vocação de fileira agrícola para se sustentar na vertente de transformação.



Esta possibilidade é particularmente relevante para Portugal, na medida em que, disse Duarte Freitas, **“a redução do preço comunitário do açúcar poderá levar a uma quebra significativa do abastecimento de matéria proveniente desse Estado-Membro e, por consequência, à incapacidade de se atingir o nível crítico da produção”**.

A solução passa assim pela renúncia da parte da quota, que deixa de ser possível produzir com material nacional, e pela utilização do Fundo de Reestruturação para adaptar as instalações ao processamento a partir de matérias vindas de países externos para colmatar a insuficiência de produção nacional.

Finalmente, Duarte Freitas demonstrou o seu repúdio pela forma como o Conselho tem gerido este dossier, nomeadamente ao chegar a um acordo político antes do Parlamento Europeu se ter pronunciado sobre este tema.

BREVES

Acordo de Pesca com Marrocos

Duarte Freitas reclama mais licenças de pesca

Duarte Freitas formulou uma questão escrita à Comissão Europeia no sentido de averiguar a possibilidade de Portugal poder ser contemplado com mais algumas licenças de Pesca para a Zona do Acordo.

Duarte Freitas referiu que **“apesar deste acordo ter reduzido para quase 1/5 o número de licenças de pesca previsto para esta zona, é necessário pressionar as Instituições Europeias no sentido de defender os interesses da pesca nacional”**.

Apesar de compreender a necessidade de se garantir alguma equivalência na repartição das possibilidades de pesca relativamente ao anterior acordo, Duarte Freitas lembrou à Comissão que **o número de licenças proposta para Portugal fica bastante aquém** das pretensões nacionais.

O Deputado Europeu, pretende saber se a atribuição de licenças de pesca para o arrasto e para o palangre de fundo poderá ser aumentada e se à semelhança do que sucede com a Polónia, Lituânia e Holanda, Portugal poderá também negociar licenças de pesca a título privado.

Silva Peneda sobre o Orçamento da UE para 2006

Alguns motivos de satisfação

“Ao contrário das negociações em curso sobre as *Perspectivas Financeiras*, o Orçamento da UE para 2006 dá ao Parlamento Europeu alguns motivos de alegria e satisfação”, disse o Deputado Europeu **José Silva Peneda**.

Silva Peneda, pronunciando-se no quadro do Relatório Pitella sobre o Orçamento Geral da União Europeia para 2006, colocou a acento tónico sobre alguns reforços financeiros em matérias relevantes para os cidadãos europeus, afirmando:

“O que merece ser aqui sublinhado, justificando assim o meu pleno apoio, foi o reforço financeiro de uma série de programas com implicações directas para os cidadãos europeus,

tais como os programas **LIFE** e **SÓCRATES**”;

“Outro motivo de regozijo foi ainda o reforço orçamental de iniciativas cruciais para alcançar com sucesso os objectivos da **Estratégia de Lisboa**, nomeadamente na área da investigação e do apoio às **PMEs**”.

Quanto às acções estruturais, Silva Peneda disse concordar “com o princípio de não aumentar o montante das verbas futuras para os novos Estados-Membros enquanto não se verificar uma melhoria nas taxas de execução dos fundos actuais.

Ao aprovar o orçamento de 2006, o PE dá um sinal altamente simbólico para



o debate em curso sobre as próximas *Perspectivas Financeiras* (2007-2013).

Com efeito sem a aprovação das mesmas durante a Presidência britânica, será precisamente o orçamento de 2006 que servirá de base às negociações dos próximos orçamentos anuais utilizando o mecanismo conhecido por *duodécimos*”.

BREVES

Carlos Coelho:

A cidadania da União é complementar

“A cidadania europeia não pode nem deve ser entendida como a intenção de criar artificialmente uma identidade supranacional, que vise substituir os sentimentos nacionais; a promoção da consciência de um património comum fundado num conjunto de tradições e valores fundamentais comuns. Deve fazer-se no respeito pela identidade nacional” afirmou Carlos Coelho no debate parlamentar sobre a cidadania da União.

“A cidadania da União é, deste modo, uma cidadania complementar que vem acrescentar-se à cidadania nacional, e que a não substitui. Pretender o contrário é matar o conceito de cidadania europeia e criar dificuldades ao projecto europeu”, prosseguiu o deputado social-democrata.

Para Carlos Coelho, “a cidadania europeia cresceu com o reforço da protecção dos direitos e dos interesses dos cidadãos dos Estados Membros e com a criação do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça” e é essencial para quem quer “uma Europa dos cidadãos e não apenas dos serviços, das mercadorias e dos capitais”.

Silva Peneda diz que falta coragem aos Estados Membros

Inclusão social e Igualdade de géneros

O Deputado **José Silva Peneda** considerou, no Plenário do Parlamento Europeu, que “**maior inclusão social e respeito pela igualdade de géneros são princípios fundamentais subjacentes à Estratégia de Lisboa**”.

Constatou porém que, também na União Europeia, “estes princípios ainda não passaram de boas intenções”.

Silva Peneda sublinhou que “No que diz respeito à igualdade de género, a realidade é de facto conflagradora: diferenças de taxas de

emprego, de remuneração, de acesso e progressão no mercado de trabalho, de níveis de educação, de participação nos programas de formação profissional, assim como maior dificuldade em conciliar a vida profissional e a vida familiar.

Pese embora a igualdade de tratamento constituir um princípio fundamental do direito comunitário, **urge passar dos princípios políticos aos actos concretos**.

O diagnóstico é de há muito conhecido. A pecha é que é sempre a mesma: fal-

ta aos Estados Membros a **coragem e a determinação para aplicar as soluções já identificadas**”.

A concluir José Silva Peneda advertiu que “As *Perspectivas Financeiras*, tal como foram aprovadas pelo Conselho, não auguram nada de bom, dados os cortes brutais infligidos nas verbas mais ligadas à **Estratégia de Lisboa**”.

Espero bem que as negociações entre o Parlamento Europeu, a Comissão e o Conselho consigam minimizar os estragos já feitos”.

Primeiro Dicionário de Termos Europeus

Em cerimónia presidida pelo Senhor Presidente da República, foi recentemente apresentado, no Centro Jacques Delors, em Lisboa, o **primeiro dicionário português de Termos Europeus**.

A apresentação do dicionário foi feita pelos Deputados ao Parlamento Europeu **João de Deus Pinheiro** e **Carlos Coelho**, que coordenou a equipa que elaborou este trabalho.

O dicionário tem cerca de **500 entradas** e contém diversas indicações de sites web para aprofundamento das matérias. As definições são assumidas por **38 autores**, que prescindem dos direitos de autor a favor de uma instituição de solidariedade social.

Na nota prévia ao dicionário, Carlos Coelho afirma que *“constatar e reclamar*



Os Deputados João de Deus Pinheiro e Carlos Coelho recebem o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio e o Presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes

do afastamento entre os cidadãos e a construção europeia tornou-se já um lugar comum” e sublinha que *“com a criação da cidadania europeia, os portugueses são hoje, também, cidadãos europeus, mas a verdade é que não há exercício da cidadania sem participação e não pode haver participação quando não há informação”*.

Reconhecendo que falta informação sobre a Europa e que o *“europês”* não ajuda a decifrar parte da escassa

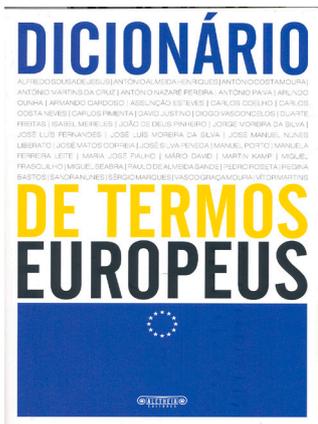
informação que ainda se recebe, Carlos Coelho afirma ter este trabalho ter resultado da necessidade de, numa maneira simples, **“esclarecer o que é importante sobre a Europa”**.

Salientando que *“a Europa foi e é, para muitos portugueses, o desafio de uma geração”*, Carlos Coelho afirma que a Europa *“é uma enorme democracia com órgãos próprios e onde temos de fazer valer a nossa influência: onde temos de participar”*.

E só o podemos fazer, acrescenta o Deputado, com eficácia, com organização, com trabalho e com inteligência, compreendendo o que é verdadeiramente importante e fundamental, e sabendo exactamente do que se fala quando é invocado o princípio da subsidiariedade, a coesão económica e social, o primado do direito comunitário ou o acervo de Schengen...”



Aspecto da assistência no Centro Jacques Delors



Os Nossos Deputados

João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail: JPinheiro@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: AEsteves@europarl.eu.int

José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail:

JSilvaPeneda@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: DFreitas@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho

Redacção: José Luís Fernandes

Sandra Nunes

Imagem: Julio Pisa